

1º ENCONTRO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO

Boa tarde a todos os empresários aqui presentes.

Saúdo, ainda, nossos convidados,

- Representantes dos Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Presidentes dos Sindicatos do Setor;
- Bastonários das Ordens Profissionais, Engenheiros, Engenheiros Técnicos e Arquitetos;
- e demais entidades.

Cumprimento, por fim, os Presidentes das Associações que integram a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário.

As Associações da Construção das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira – AICCOPA e ASSICOM,

A Associação dos Mediadores Imobiliários – APEMIP,

A Associação dos Promotores e Investidores Imobiliários – APPII,

A Associação dos Comerciantes de Materiais de Construção – APCMC,

A Associação dos Projetistas e Consultores – APPC,

A Associação dos Grossistas de Aços, Metais e Ferramentas – AÇOMEFER,

A Associação dos Industriais da Madeira e do Mobiliário – AIMMP,

A Associação dos Instaladores – AIPOR,

A Associação da Indústria Extrativa e Transformadora – ANIET,
A Associação dos Avaliadores de Engenharia – APAE,
A Associação das empresas de Gestão e Administração de Condomínios –
APEGAC,
A Associação de Empresas de Tecnologias Ambientais – APEMETA,
A Associação da Indústria de Cerâmica – APICER,
A Associação dos Empresários de Eletricidade – APEPE,
A Associação dos Industriais de Préfabricação de Betão – ANIPB,
A Associação dos Fabricantes de Janelas Eficientes – ANFAJE,
A Associação das Empresas de Construção – AECOPS,
E, finalmente, a Associação, também da Construção, a que tenho a honra de
presidir – AICCOPN.

Esta é uma iniciativa inédita que reúne toda a fileira da construção e do
imobiliário de Portugal.

É um movimento sem paralelo no panorama associativo nacional.

É uma manifestação de força e de união do maior empregador nacional.

Tínhamos consciência que com este Encontro correspondíamos aos anseios do
setor.

Esperávamos, por isso, uma grande mobilização dos empresários.

Porém, a adesão que se verifica, ultrapassa todas as nossas expetativas.

Sabemos que o momento que atravessamos é grave e que são muitos os
motivos que nos trazem aqui hoje.

Independentemente das dificuldades que enfrentamos, este Encontro é uma
demonstração de que a Construção e o Imobiliário não se deixa destruir.

Não iremos assistir à desagregação do nosso setor.

Esta atividade é uma das chaves para o relançamento da economia Portuguesa, à semelhança do que acontece nos outros países comunitários.

Quem pensa o contrário está profundamente errado.

A construção e o imobiliário foi, é, e sempre será, o grande motor do desenvolvimento económico e da criação de emprego.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,
Caros Colegas,

É com demasiada frequência que se negligencia o quanto esta atividade contribui para a promoção do bem-estar social, económico e ambiental da nossa população.

Repetidamente se ignora a importância da construção e do imobiliário para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Hoje, estamos confrontados perante aquele que será, certamente, um dos maiores desafios que se coloca à nossa atividade.

Estamos aqui reunidos para discutir as dificuldades que enfrentamos e para apresentar estratégias para superar problemas com que se debatem as nossas empresas.

Os empresários atingiram o limite, perante a inexistência de quaisquer perspetivas quanto ao futuro das nossas empresas e dos seus trabalhadores.

Há que ter consciência que austeridade, não é uma solução.

O futuro não se constrói destruindo todo este vasto setor que ao longo dos anos tem sido essencial para a dinamização da economia portuguesa.

Hoje, estão aqui reunidas atividades que representam 18,2% do PIB, ou seja, quase um quinto do Produto Nacional.

Somos o maior empregador nacional.

Asseguramos 720 mil postos de trabalho.

Representamos 200 mil empresas:

- 97 mil - sociedades (27,8% do total nacional);
- 103 mil - empresas individuais.

Em consequência do déficit de investimento, o nosso País foi um dos que menos cresceu na primeira década do Século XXI.

Porque, sem investimento, não há crescimento.

Hoje, o setor vive uma situação de total desespero.

Enfrenta a mais profunda e prolongada crise de que há memória.

A produção está em queda contínua e a quebra acumulada supera os 45%.

Entre 2002 e 2011, eliminaram-se 322 mil postos de trabalho.

As empresas estão a ser arrastadas para a falência.

Todos os dias, desaparecem cerca de 23 empresas e são eliminados 426 postos de trabalho.

Já não existem adjetivos capazes de descrever o momento de emergência que enfrentamos.

O setor está sem rumo.

Em devido tempo, alertámos o Governo e os Partidos Políticos para esta situação.

Reunimos com o Presidente da República; com o Primeiro-ministro; com o Ministro da Economia e do Emprego; com a Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território; com o Secretário de Estado das Obras Públicas.

Fomos ouvidos em Comissões Parlamentares.

Apresentámos propostas.

Defendemos medidas de exceção equilibradas e ajustadas ao momento que o País atravessa.

Porém, de concreto, nada foi feito.

O Governo conhece a realidade, mas parece ignorar a profundidade das suas consequências.

E nós perguntamos: Porquê?

- Porque mantém uma total indefinição quanto aos projetos de investimento necessários para o nosso País?
- Porque congela o QREN, em vez de o colocar ao serviço do crescimento económico e do emprego?
- Porque não avançou com a reabilitação urbana?
 - Onde está a prometida lei das rendas e a taxa liberatória para o arrendamento?
- Porque não assegura a estabilidade do mercado imobiliário?
- Porque é que o Estado não paga as suas dívidas ao setor?
 - Anuncia para setembro o pagamento por parte das Autarquias, mas acumula dívidas da Parque Escolar.

- Porque não regula a forma como a Banca trabalha com as empresas?
 - Durante anos, a Banca privilegiou o setor, por que era do seu interesse, e agora abandona-o?
- Porque não apoia a internacionalização das nossas empresas?
- Porque não altera o Código dos Contratos Públicos, adequando-o à realidade do mercado?
- Porque não combate com eficácia os preços anormalmente baixos?
- Porque não permite a liberação das cauções prestadas ao fim de um ano, tal como nos Açores e na Madeira e insiste na sua manutenção por um período que pode atingir 10 anos?

A resposta é evidente.

A intenção do Governo é deliberada.

O País está sob uma intervenção externa, que limita as escolhas.

Mas há alternativas.

Ao contrário do que nos querem fazer acreditar, o colapso do setor não é inevitável.

É, sim, uma decisão política, profundamente errada.

Que tem custos insustentáveis e consequências irreversíveis.

Neste momento, o setor é responsável por 23% do desemprego nacional.

Há quase 190 mil desempregados da construção e imobiliário em Portugal.

As nossas estimativas indicam que, neste preciso momento, existem 140 mil postos de trabalho em risco.

São 1,7 mil milhões de euros em subsídios de desemprego e perda de receitas fiscais diretas.

Se considerarmos o efeito multiplicador do Setor, isto significa que, em poucos meses, iremos atingir uma taxa de desemprego nacional de 20%.

Por outro lado, estará em causa a própria sustentabilidade do sistema financeiro nacional.

A ruína do setor será a ruína da Banca.

Recordo que o crédito à construção e imobiliário, apesar de estar a sofrer uma redução significativa, é ainda de cerca de 38 mil milhões de euros.

O mal parado poderá rapidamente triplicar, e atingir os 12,5 mil milhões de euros.

Onde irá o País buscar o dinheiro para pagar a fatura da destruição do setor?

Por isso, há que o dizer com toda a frontalidade: o colapso do setor será o colapso do País.

Se nada for feito pelas nossas empresas, pelo emprego que asseguramos, em menos de um ano, Portugal será novamente obrigado a recorrer à ajuda externa.

O que porá em causa todos os sacrifícios que nos têm sido impostos.

Os nossos governantes não podem ignorar esta realidade.

Enquanto Presidente da CPCI, posso deixar aqui uma garantia:

O movimento que hoje aqui começa, não vai parar.

Daqui sairá um documento com as propostas apresentadas, que o Governo deverá implementar de imediato.

O futuro passa por nós, e estou certo que saberemos estar à altura dos desafios que agora enfrentamos.

Pelas nossas empresas, pelo nosso futuro e por Portugal.

Muito obrigado.

Manuel Joaquim Reis Campos
(Presidente da Direção)

Lisboa, 5 de junho de 2012